



CONTEXTOS DA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO E JUVENTUDE DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO INTERIOR DE SÃO PAULO

Larissa Araujo Coutinho de Paula
Universidade Estadual Paulista (FCT0UNESP)
Doutoranda em Geografia
coutholacp@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo problematizar a discussão teórica da relação cidade-campo, relacionando-o com a perspectiva de jovens assentados rurais no interior Estado de São Paulo. Sabe-se que apesar de muito avanço nos estudos sobre o tema, a maioria das políticas públicas ainda considera a interação entre esses espaços de maneira dicotômica, o rural ainda é visto de forma setorial. Isso reverbera na intensa migração de jovens, principalmente mulheres, configurando um esvaziamento do espaço rural.

PALAVRAS-CHAVE: relação cidade-campo; jovens rurais, migração.

Introdução

Nos estudos das ciências humanas, da História, da Geografia e, sobretudo da Sociologia a relação entre campo e cidade consistiu-se como centro de muitas pesquisas. Essa temática apresenta uma série de interpretações, a partir do posicionamento teórico-metodológico dos pesquisadores, de modo que há produções com diferentes perspectivas, similares ou divergentes quanto ao assunto. Como bem aponta Marques (2002, p.99): “Comumente o rural é definido juntamente com o urbano com base em características a partir das quais eles se diferenciam”.

Tendo em vista a amplitude temática que abarca essas relações, propõe-se o debate das relações entre campo e cidade partindo de uma análise bibliográfica, considerando as especificidades dos jovens assentados rurais, sobretudo das mulheres, buscando compreender como as suas dinâmicas nos espaços rurais e urbanos conduzem suas relações com trabalho, estudos, gênero, lazer, migrações.



É a partir deste contexto que o artigo buscará discutir as relações cidade-campo no município em questão, considerando a discussão teórica da reação cidade campo, e problematizando a experiência dos jovens rurais, a partir da dinâmica interação entre o urbano e o rural.

Esse texto reúne resultados de revisão bibliográfica e de metodologia de grupo focal aplicados em uma pesquisa de doutorado que encontra-se em desenvolvimento. O material levantado em campo ainda está sendo sistematizado, e tem como recorte empírico dois assentamentos no interior de São Paulo, o Assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana e o assentamento Monte Alegre, em Araraquara.

O artigo encontra-se estruturado, além desta introdução em mais dois subitens, no próximo item serão apresentadas algumas concepções teóricas elaboradas por estudiosos que procuraram entender a relação cidade-campo; o segundo pauta-se na exposição de como os jovens que residem nos espaços rurais vivenciam essa relação, que implica na migração, envelhecimento e masculinização do campo, por fim, o último item contém as reflexões que concluem o texto.

Abordagens teóricas sobre a relação cidade-campo

A temática das relações cidade-campo não apresenta uma unanimidade em termos de conceituações teóricas. Especialmente na atualidade, quando estas relações têm se tornado cada vez mais complexas, após a industrialização, a modernização agrícola, as interferências culturais no campo e cidade a partir de meios de comunicação.

Hespanhol e Hespanhol (2006) argumentam que alterações sofridas pelo campo brasileiro, a partir dos processos de urbanização e industrialização, provocaram



alterações na relação cidade-campo, fazendo surgir diferentes perspectivas de análise, em sua maioria, minimizando a importância do campo.

Como já havia alertado Solari (1979) nas sociedades latino-americanas é possível observar diferenças significativas, heterogeneidades no próprio meio rural. Existindo concomitantemente, regiões de agricultura tradicional e regiões de agricultura moderna, mecanizada, voltada ao mercado externo, semelhante aos países desenvolvidos. Por isso o autor suscita a possibilidade de definir o rural não apenas a partir de uma dimensão, mas de várias, numa escala multidimensional.

A relação cidade-campo é um tema que possui uma ampla e heterogênea produção acadêmica, entre diferentes ciências, História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Urbanismo etc. Destarte, tona-se necessário fazer uma exposição sobre algumas dessas concepções de acordo com autores que se debruçaram sobre o tema.

Sorokin; Zimmerman e Galpin (1986) afirmam que ao longo do tempo, com a separação entre a cidade e o campo, as diferenças entre o rural e o urbano foram ainda mais acentuadas, diferenças quantitativas e qualitativas. Deste modo, enumeram uma série de formas de se interpretar o espaço rural, a partir de uma perspectiva de oposição e não de integração entre campo e cidade, segundo os autores, é possível entender o rural a partir das diferenças deste com o urbano: diferenças ocupacionais (atividades agrícolas e atividades rurais); diferenças ambientais (trabalho ao ar livre e trabalho em estruturas artificiais); diferenças no tamanho das comunidades; diferenças de densidade demográfica; diferenças culturais; diferenças na estratificação social; diferenças de mobilidade social; diferenças de fluxos migratórios e diferenças em termos de integração social.

De acordo Solari (1979) essas diferenciações, propostas pelos autores supracitados serviram para consolidar uma concepção dicotômica entre o urbano e o rural. E tem sido criticada por muitos autores, que têm uma concepção a partir da



gradação e transição entre o rural e o urbano, tornando as definições ou diferenciações ainda mais complexas.

Essa visão do espaço rural enquanto local do atraso, de características mais homogêneas e da cidade enquanto sinônimo da modernidade, da heterogeneidade; foi reforçada depois de mudanças ocorridas na Europa com o fim da Revolução Industrial no século XVIII, quando o campo perde parte da centralidade econômica e social que exercia para as cidades. (FERRÃO, 2000).

O espaço rural ficou gradativamente relegado ao abandono, a partir das consequências da Revolução Industrial, que ampliou a divisão territorial do trabalho entre campo e cidade. Essas consequências se referem a maior centralidade exercida pelas cidades (devido a concentração de atividades industriais, comerciais e de serviços) e ao êxodo rural. Esse fenômeno atingiu primeiramente os países desenvolvidos e posteriormente, países de industrialização tardia, como o Brasil. (HESPANHOL e HESPANHOL, 2006).

No Brasil as políticas públicas implementadas nas áreas rurais, dentre os anos de 1950 a 1980 tinham um caráter estritamente setorial e modernizante (a julgar pela adoção do pacote da Revolução Verde), compreendendo que as funções da agropecuária consistiam em: liberar mão-de-obra para a indústria; produzir alimentos; fornecer matérias-primas para a indústria; elevar as exportações agrícolas e transferir renda real para o setor suburbano (DELGADO, 2005) *apud* (HESPANHOL e HESPANHOL, 2006).

A partir da dicotomia urbano-rural Veiga (2004) expõe duas conceituações que apresentam extrema oposição: a teoria da completa urbanização de Henri Lefebvre (1970) e a teoria do renascimento rural, de Bernard Kayser (1972). A primeira teoria entende a sociedade urbana como resultado da urbanização completa, de modo que o processo de industrialização domina e absorve a produção agrícola, assim, através da



Revolução Urbana, a urbanização prevaleceria permanentemente sobre o rural¹ (VEIGA, 2004).

A segunda teoria, ao considerar relevante a tendência demográfica oposta ao êxodo rural, que ocorria na década de 1970 na maioria dos países desenvolvidos; propõem que o repovoamento das áreas rurais, a emergência de atividades não-agrícolas, a valorização de práticas culturais, seriam uma demonstração de que o rural estaria renascendo (VEIGA, 2004).

De acordo com Marques (2002) há duas tendências principais nas definições elaboradas sobre o campo e a cidade: a *dicotômica* e a de *continuum*. A primeira delas pauta-se na oposição, diferença entre o espaço urbano e o rural. Enquanto a segunda considera uma maior proximidade entre o urbano e o rural, devido aos efeitos do processo de urbanização e modernização sobre as áreas rurais. A autora avalia que as duas abordagens estão apoiadas numa concepção dual, que “considera o rural e o urbano como pontos extremos numa escala de gradação” (MARQUES, 2002, p. 100-101).

Considerando a realidade europeia Ferrão (2000) explica que a partir de meados da década de 1980 o rural deixou de ser avaliado apenas pelo agrícola. Nesse sentido, sobressaem-se três tendências principais de valorização dos espaços rurais: -movimento de renaturalização (conservação e proteção da natureza, desenvolvimento sustentável); - procura da autenticidade (conservação dos patrimônios históricos e culturais visando enfrentar uniformização dos espaços pela globalização); -mercantilização das paisagens (novas práticas de consumo, valorização das atividades de turismo e de lazer) (FERRÃO, 2000).

Tendo em vista as mudanças recentes das relações cidade-campo nos países avançados, Frows (1998) classificou o novo perfil da ruralidade como: agri-ruralista, utilitarista e hedonista. Agri-ruralista porque segundo ele houve uma renovação das funções exercidas pelo rural, que atendem demandas urbanas, tais como a produção de

¹ Posteriormente Lefebvre altera essa teoria, não mencionado mais Revolução Urbana, e sim Revolução do espaço. (VEIGA, 2004).



alimentos mais saudáveis (agroecológicos), o lazer e beleza de paisagens rurais conservadas. Utilitarista, pois o rural têm apresentado novas vantagens comparativas, sobretudo em termos de negócios imobiliários (residenciais e turísticos). E hedonista por causa da dimensão cultural, pela vinculação do rural com a qualidade de vida e a atração estética (VEIGA, 2004).

De acordo com Ferrão (2000) na definição histórica para o rural predomina a visão da função de produção de alimentos; da família camponesa como grupo social de referência; bem como a idéia de equilíbrio entre a natureza e o tipo de atividades humanas desenvolvidas. Trazendo um termo da ecologia, o autor menciona que as relações entre campo e cidade não devem ser tidas como oposições, mas sim com uma natureza “simbiótica”, complementar, considerando a influência e ação recíproca entre ambos.

Marques (2002) frisa que a divergência de definições sobre o rural pode ser compreendida devido a forma diversificada na qual ele (o rural) se apresenta no decorrer do espaço e do tempo e também pela influência da formação política-ideológica e os objetivos que as definições visam atender.

Em pesquisa realizada a partir de dez periódicos científicos em Geografia, num recorte temporal que variava entre 1939 a 2009, Alves (2012) acompanhou a discussão teórica a cerca da relação cidade-campo entre as correntes teóricas da Geografia. Para o autor essa questão (cidade-campo) evolui no decorrer do pensamento geográfico, repercutindo nas correntes: clássica, teórica, crítica e cultural da ciência geográfica.

Na perspectiva da Geografia Clássica, de influência francesa, fortemente marcada pelas descrições, induções e comparações; os trabalhos foram produzidos aproximadamente entre os anos 1930 e 1970; os estudos dos espaços rurais e urbanos apresentam pouca integração nessa fase, destacando-se pesquisas sobre os gêneros de vida, o habitat, sistemas agrícolas, economia urbana e construção das cidades. Neste período, caracterizado pela maior concentração demográfica no campo, importância



econômica do setor primário (café, pecuária, leite), baixo nível de urbanização e industrialização, sobressaem as pesquisas relacionadas à expansão ferroviária para escoamento do café no interior paulista e o surgimento de núcleos urbanos²; e sobre as questões de abastecimento³ (ALVES, 2012).

Sob o prisma da Geografia Teórica, linha teórica que perdurou no país entre as décadas de 1960 e 1980, conhecida pela influência neopositivista, e pela inserção de técnicas, estatísticas e modelos matemáticos; houve uma maior integração entre campo e cidade nos estudos, embora a cidade tenha se tornado o centro da relação com o campo. Nessa fase há a intensificação do êxodo rural, a modernização agrícola, o aumento de áreas de transição entre o rural e o urbano. Sobressaem-se estudos sobre a aplicabilidade do Modelo de Von Thünen na relação entre campo e cidade⁴, e sobre áreas de transição (franja urbano-rural, suburbana e espaços periurbanas)⁵ (ALVES, 2012).

No âmbito da Geografia Crítica, surgida no final da década de 1970, de forte influência marxista, os trabalhos são marcados pela visão crítica quanto às relações de trabalho, concentração de terras e desenvolvimento desigual no campo. A partir da década de 1970, ocorreu gradativamente a incorporação da cidade, agricultura e indústria. Nota-se que nos anos 1990 há uma multiplicidade de estudos concernentes a relação cidade-campo, visto que há uma ruralidade nos espaços urbanos (migração, hortas urbanas) e há uma urbanidade nos espaços rurais (influência cultural por meio de televisão, internet etc) e intensificação das áreas de transição entre campo e cidade, e evidenciando a emergência de temas como a multifuncionalidade, a pluriatividade e o agronegócio (ALVES, 2012).

Hespanhol e Hespanhol (2006) afirmam que a análise dicotômica das relações cidade-campo perdeu força a partir dos anos 1990, período em que se percebeu a

² Monbeig (1994).

³ Bertha Becker (1966); La Corte (1976) e Manuel Seabra (1999).

⁴ Mesquita (1978) e Geiger, Lima e Abib (1974).

⁵ Miranda (1980).



integração desses espaços, de modo que cada um deles mantivesse sua identidade e especificidade.

Marques (2002) chama a atenção para o fato de que hoje há uma desaceleração da urbanização, evidenciada pela significativa migração entre pequenos municípios e o movimento cidade-campo. Essa inversão no fluxo das migrações, segundo a autora é explicada pelos problemas enfrentados por grande parte da população dos principais centros urbanos, como a violência, desemprego, precariedade das condições de saúde, moradia e educação.

É considerado urbano no Brasil a sede do município (cidade) e do distrito (vila), não se trata de um critério funcional, mas sim político-administrativo. Assim, “o espaço rural corresponde aquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características” (MARQUES, 2002, p. 97).

No presente momento assiste-se uma tamanha aproximação e sobreposição de áreas rurais e urbanas fazendo emergir os espaços perirubanos, trata-se de espaços rurais, atingidos pela expansão urbana, nos quais acabam coexistindo atividades rurais e urbanas (VALE, 2006).

Segundo Vale (2006) não existe um acordo terminológico para denominação do espaço rural “sobre o qual as cidades expandem”. São utilizados distintos termos para esta finalidade, por exemplo: *rural-urban fringe*, *banlieue*, franja urbana ou rurubana, sombra urbana e espaço perirubano.

Pensar sobre as interações de ambos os espaços nos remete ao entendimento de como os jovens do campo vivenciam esses espaços, quais os aspectos positivos e os problemas que os mesmos enfrentam no que concerne os âmbitos pessoal e profissional, uma vez que, tem sido cada vez mais intenso o número de jovens que migram do campo para as cidades, ocasionando o aumento do envelhecimento da população rural e esvaziamento do campo.



Interações cidade-campo e perspectivas da juventude rural

Atualmente, a confluência de elementos urbanos nas áreas rurais, as implicações das relações cidade-campo, a industrialização e modernização da agricultura, a presença da informática, da mídia nos espaços rurais e a forma como esses espaços têm sido inseridos na lógica da globalização, provocam novas experiências e percepções para a população rural. Há, aos poucos, uma ruptura com a dualidade rural-urbana. Esse processo tem implicações principalmente na vida da juventude rural.

Sabe-se que está em curso, um processo de envelhecimento da população rural, já apontado por alguns pesquisadores. O envelhecimento rural, bem como a masculinização do mesmo são processos que se vinculam ao êxodo rural, que tem se tornado cada vez mais seletivo, direcionando às cidades, a população jovem e especificadamente feminina (SACCO; CALDAS; COSTA, 2006).

Muitas jovens que vivem no campo buscam autonomia através de trabalhos fora da agricultura e da área rural, aperfeiçoamento dos estudos ou migração para as cidades. As filhas mulheres, como na maioria dos casos, não são as herdeiras da terra, passam a ser mais estimuladas do que os filhos homens, a prosseguirem os estudos (CARNEIRO, 1998; 2007).

O choque cultural vivenciado pelos jovens do campo os conduz a uma ambiguidade, entre o “ficar e o sair”, tentando unir o “melhor de dois mundos”. Ao mesmo tempo em que desejam sair para estudar e ter uma profissão, também persiste, muitas vezes, a vontade de permanecer no local de origem, devido aos laços de parentesco e amizade, e a ideia de qualidade de vida e de segurança atribuída ao rural. (CARNEIRO, 1998).

Para a produção de informações sobre os jovens dos assentamentos Gleba XV de Novembro e Monte Alegre, utilizou-se como procedimento metodológico grupos focais.



Os grupos focais são realizados com número de seis a oito pessoas que são provocadas por um mediador/entrevistador, que incita um tema. O grupo focal possibilita a obtenção de informações que permitem a análise do meio social dos entrevistados, suas visões de mundo, seus projetos (WELLER, 2006).

Esse tipo de procedimento é muito satisfatório em estudos com sujeitos jovens. De acordo com Weller (2006), quando os jovens estão entre colegas de mesma faixa etária e meio social, sentem-se mais à vontade para falar sobre seu cotidiano, e a seu modo. Dessa forma o pesquisador obtêm detalhes do convívio dos jovens, informações não alcançadas por meio outros tipos de metodologias que envolvem entrevistas.

Os grupos focais foram realizados na terceira etapa da pesquisa. O roteiro para a condução do grupo focal história oral foi semi-estruturado, abarcando os temas de maior relevância na pesquisa, e registrados através de gravação de áudio. Neste momento estão sendo transcritas, sistematizadas e analisadas, porém é possível expor alguns resultados.

É notável que o primeiro contato dos jovens do campo com o espaço urbano é a escola, e que neste ambiente, as relações são constantemente tensionadas. A escola, além do papel de instituição formadora e educativa, representa um espaço de socialização, onde os jovens convivem entre si e podem desenvolver diversas experiências individuais e coletivas (KUHN, 2014).

A princípio, este tensionamento ocorre devido ao preconceito que se impõe sobre os jovens assentados. Segundo eles esse preconceito é exposto por meio de ofensas e apelidos pejorativos que os remetem à condição de assentados.

O conflito entre “ficar e sair” é mais explícito quando as jovens mencionam as incertezas em relação ao futuro, do ponto de vista dos estudos e do trabalho. Algumas delas chegaram a concluir cursos técnicos ou graduação, porém ainda não conseguiram trabalho em suas respectivas áreas de ocupação profissional.



Alguns jovens desempenham atividades como tratoristas, trabalham no corte de cana, na limpeza ou serviços gerais, é verdade que muitos não chegam sequer a terminar o Ensino Médio, começam a trabalhar e desistem dos estudos, principalmente os rapazes. O acesso à terra também configura um problema, visto que para acessar políticas públicas o jovem deve ter a documentação do lote registrada em seu nome, e prevalentemente, a terra encontra-se titulada aos pais.

A condição do jovem em relação ao acesso à terra da terra e do seu reconhecimento enquanto agricultor, caso tenha a intenção de trabalhar com o campo, é algo importante, já que estão submetidos a um processo de socialização diferente dos jovens urbanos, depende da posição que ocupam na divisão social do trabalho dentro do lote, ou sítio (KUHN, 2014).

No que tange as atividade recreativas e de lazer, um aspecto positivo, apesar da inexistência de espaços destinados a este fim nas áreas rurais, tais como bares, restaurantes, parques, entre outros; é que hoje a juventude rural vivencia uma mobilidade física e virtual muito mais intensa do que as gerações passadas. Mobilidade física, devido principalmente a uma maior acessibilidade aos meios de transporte e das melhores condições das estradas rurais. E mobilidade virtual, através do acesso a informação, via mídias como a televisão e a internet, acaba propiciando que tomem conhecimento de diversos fenômenos regionais, nacionais e até mesmo internacionais, as distâncias se estreitam (CARNEIRO, 2007).

Como bem ilustra Carneiro (2007, p. 57):

Essa situação de estreitamento das distâncias, do estar, ao mesmo tempo no “lugar”, na localidade, ou na sede do distrito, e estar sofrendo os efeitos das dinâmicas de “fora”, na localidade, de escala nacional ou global, certamente não afeta apenas a percepção sobre o mundo, mas também afeta a maneira como as populações rurais, de



pequenos agricultores, por exemplo, pensam e organizam suas próprias vidas.

Essas pessoas, sobretudo os de gerações mais recentes, passam a ter um olhar voltado para fora, experimentam novas formas de relações, de consumo, de valores, novas formas de se pensar a produção agrícola, como por exemplo, a agroecologia.

Apesar da maior interação entre o espaço rural e urbano, e da valorização afetiva, social e cultural dos jovens pelos espaços rurais, a migração para as cidades é crescente.

Como já mencionado, a migração é mais intensa por parte das jovens. Uma das razões é a desigualdade e preconceito de gênero, que são historicamente enfrentados pelas mulheres do campo, gerando assim, uma intensa motivação para que migrem com destino às cidades, buscando oportunidades de trabalho e prosseguimento dos estudos. De acordo com a literatura, a migração feminina rural ocorreu de forma diferenciada temporal e regionalmente, sendo o Estado do Rio Grande do Sul aquele com o maior índice de masculinização e êxodo rural, todavia, a partir dos anos 1990 esse fenômeno se expandiu por todo o território nacional.

As transformações propiciadas pela modernização agrícola, o uso intensivo de tecnologia e mecanização, assalariamento dos trabalhadores, a redução da demanda de trabalho físico/braçal, privilegia a contratação de mão de obra permanente ou temporária masculina, aumentando a segregação de gênero (MAIA, BUAINAIN, 2015).

Torna-se necessário, portanto, superar a visão setorial do espaço rural, compreendendo as dinâmicas internas que envolvem os sujeitos que ali vivem, para então, pensar em propostas de intervenção e políticas públicas que atendam suas demandas e que possam contribuir para reverter este quadro.

Em 1960, 45% da população total do país (70 bilhões de pessoas) viviam nas cidades, em 2000, essa proporção se elevou a 81,2% de um total de 170 milhões, evidenciando ainda mais o inchaço urbano (ANJOS, CALDAS, 2005).



Em 1970: 41 milhões de brasileiros viviam no espaço rural (44% do total). Desde então só houve declínio da população do campo, chegando em 1996, a um total de 33,8 milhões (22%) do total nacional. Entre 1960 a 1980 o êxodo rural alcançou um total de 27 milhões de pessoas (CAMARANO, ABRAMOVAY, 1999).

O êxodo rural provoca a desestruturação do tecido social de territórios rurais, bem como a masculinização no campo, esta consiste no desequilíbrio da composição populacional rural em termos de idade e gênero e cuja recorrência vem sendo relatada não só pelo Brasil, mas também por vários países da Europa (COSTA, FROELICH, 2014).

Considerações Finais

Convém frisar que diante da complexidade do tema tratado, esse debate não se encerra aqui. É um assunto sobre o qual ainda se faz necessário muitas leituras, discussões e conhecimento empírico.

Todavia é possível tecer algumas considerações sobre a relação cidade-campo, tomando como perspectiva da juventude rural. Está cada vez mais convincente a ideia de que não se pode mais pensar o rural e o urbano como dois universos separados, distintos e opostos. Há espaços rurais e urbanos que estão em constante sincronia, devido a proximidade física; e mesmo quando essa aproximação não é visível e palpável, ela está presente, pelo intercâmbio cultural e simbólico que se exerce entre as pessoas que vivem nesses espaços, sobretudo por intermédio da tecnologia, e sua incorporação pelo público mais jovem.

Entretanto, como toda relação, a relação cidade-campo não está isenta da conflitualidade existente pela disputa de poder. A chegada da industrialização no campo subordinou o espaço rural ao urbano, tornando aquele cada vez mais dependente do segundo.



Vê-se que muitos jovens, sobretudo as mulheres, têm optado pela migração, em virtude da busca por trabalho, qualificação profissional, e até mesmo para romper a submissão ao machismo, ainda bastante arraigado na cultura rural.

O rural é gerido a partir de decisões que são tomadas na cidade, pelos gestores municipais. Para que o desenvolvimento rural atenda as reais demandas da população que lá reside é preciso que se supere a visão superficial de que o espaço rural só alcança o desenvolvimento se se tornar urbanizado. O desenvolvimento do rural não deve ser visto como sinônimo de urbanização.

A temática da relação cidade-campo é uma discussão imprescindível para a Geografia. Por isso, como alerta Alves (2012) é importante que a Geografia Agrária e a Geografia Urbana caminhem juntas teórica e metodologicamente ao estudar o espaço, já que existem relações econômicas, socioespaciais, populacionais, culturais e ambientais que perpassam simultaneamente o espaço rural e urbano.

Referências

ALVES, F. D. A relação campo-cidade na Geografia Brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. **Geografia Ensino & Pesquisa** (UFSM), v. 16, p. 7-18, 2012.

ANJOS, F.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n.1, p. 661-694, 2005.

Ferrão, J. (2000). Relações entre Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução Histórica, Situação Actual e Pistas para o Futuro. **Revista EURE** Vol. XXVI, 78, 123-130.

HESPANHOL A. N. ; HESPANHOL, R. A. M. . Dinâmica do espaço rural e novas perspectivas de análise das relações campo-cidade no Brasil. **Terra Livre**, v. 2, p. 133-148, 2006.



KUHN, C. **Juventude Rural de Laranjeiras do Sul: espaços de lazer, sociabilidade e territorialização.** 2014. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Centro-Oeste.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M.; O novo mapa da população rural brasileira La nouvelle carte de la population rurale du Brésil. The new map of Brazil's rural population. **Confins** (Paris), Vol. 2015, Fac. 25, pp.1-26, Marseille, França, 2015.

MARQUES, M. I. M. . O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v. 18, n.19, p. 95-112, 2002.

SACCO dos A., F. ; CALDAS, N. V. ; COSTA, M. R. C. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2006, Fortaleza.

SOLARI, A. B. O Objeto da Sociologia Rural. In: In: SMRECSANYI, T.; QUEDA, O. **Vida rural e mudança social.** São Paulo: Editora Nacional, 1979.

SOROKIN, E.; ZIMMERMAN, C. C. ; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. **Introdução Crítica à Sociologia Rural.** Hucitec. São Paulo. 1986.

VALE, A. R. do. **Definindo o conceito e descobrindo a plurifuncionalidade do espaço periurbano.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.igeo.urej.br>. Acessado em: 02 de Maio de 2013.

WELLER, W. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Educação e Pesquisa** (USP. Impresso), São Paulo, v. 32, p. 241-260, 2006.